

INCLUSÃO E DIVERSIDADE NO ENSINO REGULAR: NUMA PERSPECTIVA A EXPRESSÃO PLURAL DO SUJEITO

INCLUSION AND DIVERSITY IN REGULAR EDUCATION: FROM A PERSPECTIVE THE PLURAL EXPRESSION OF THE SUBJECT

Nailton Antônio Neo da Silva Queiroz^{*}
Rosânia da Silva Araújo de Moraes^{**}
Luzvera Deodato dos Santos^{***}
Maria das Graças Tavares da Silva^{****}

RESUMO

Objetivamos com o artigo em questão, entender e discutir uma abordagem pertinente a Inclusão e diversidade no ensino regular: numa perspectiva a expressão plural do sujeito. De tal modo, o estudo propõe-se a responder ao seguinte questionamento: quais as correlações inclusivas aplicadas nos processos de ensino e aprendizagem no ensino regular? o presente artigo tem por objetivo investigar instrumentos teóricos e legais com finalidade de assegurar a inclusão no âmbito regular de ensino. Diante desse quadro, foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Para a concretude deste estudo, abordamos discussões sobre a educação centralizada nas bases teóricas e práticas que amparam a inclusão educacional. A pesquisa foi de natureza qualitativa. Analisamos documentos oficiais do ensino regular e os professores especializados em educação especial. Os resultados revelaram a necessidade em promover a inclusão, com visão as classes sociais mais vulneráveis. Observa-se, que, a promoção da diversidade na sala de aula modifica a escola que celebra as diferenças, proporcionando um espaço inclusivo

^{*}Professor - Caucaia/CE, Brasil. Licenciatura em História - (UVA). Licenciatura em Letras/Libras - (UNICV). Pós-graduação em Gestão e Coordenação Escolar (FLATED). Pós-graduação Latu Cultura Africana (UNICV). Mestre em Ciências da Educação -- FICS.

E-mail: nailton.neo@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5657543739955212>

^{**}Professora - Caucaia/CE, Brasil. Pedagogia - UVA. Gestão Escolar – UVA. Educação Global, Construção da Cidadania e Inteligência Humanas - FDIR. Mestra em Ciências da Educação - ACU.

rosaniiiaraújo@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4191974362897648>.

^{***}Coordenadora - Caucaia/CE, Brasil. Graduada em Pedagogia – UFC. Graduada em Direito Estácio. Pós-Graduação: Psicopedagogia em psicologia clínica e Institucional (UVA). Pós-Graduação: Educação global, Construção da Cidadania e inteligências e Humanas (FADIRE). Pós-Graduação - Gestão Escolar (FACUMINAS).

E-mail: luzveradds@yahoo.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3929200208874312>

^{****}Coordenadora pedagógica- Caucaia/CE, Brasil. Graduada em JORNALISMO - FIC. Licenciatura em Pedagogia - (FIAR). Doutora em Ciências da Educação - FICS. Mestra em Ciências da Educação, ACU. Pós-graduação Lato Sensu em Comunicação Corporativa - (FGF). Pós Graduação: Gestão Escolar Integradora – (ISEAT). Pós-Graduação: Psicopedagogia Institucional, Clínica e Educação Inclusiva – FAVENI. Pós-graduação em Educação Infantil e Ensino Fundamental (FMB).

E-mail: gracatavares.jornalista@gmail.com.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3786290454092872>

ORCID: orcid.org/0000-0003-4098-9303.

que colabora para a construção do conhecimento. Concluimos que a abordagem ativa dos temas hodiernos transversais compõe um precioso aparato para a discussão de temas que permeiam a diversidade escolar.

Palavras-Chave: Educação Especial; Inclusão educacional; Ensino aprendido.

ABSTRACT

With the article in question, we aim to understand and discuss a pertinent approach to Inclusion and diversity in regular education: from a perspective of the plural expression of the subject. Therefore, the study aims to answer the following question: what are the inclusive correlations applied in the teaching and learning processes in regular education? This article aims to investigate theoretical and legal instruments with the aim of ensuring inclusion in the regular teaching environment. Given this situation, a bibliographical research was carried out. For the concreteness of this study, we address discussions about education centered on the theoretical and practical bases that support educational inclusion. The research was qualitative in nature. We analyzed official documents from regular education and teachers specialized in special education. The results revealed the need to promote inclusion, with a view to the most vulnerable social classes. It is observed that promoting diversity in the classroom changes the school that celebrates differences, providing an inclusive space that contributes to the construction of knowledge. We conclude that the active approach to today's transversal themes makes up a valuable apparatus for discussing themes that permeate school diversity.

Keywords: Special Education; Educational inclusion; Teaching learning.

RESUMEN

Con el artículo en cuestión pretendemos comprender y discutir un abordaje pertinente a la Inclusión y la diversidad en la educación regular: desde una perspectiva de la expresión plural del sujeto. Por tanto, el estudio pretende responder a la siguiente pregunta: cuáles son las correlaciones inclusivas aplicadas en los procesos de enseñanza y aprendizaje en la educación regular? Este artículo tiene como objetivo investigar instrumentos teóricos y jurídicos con el objetivo de asegurar la inclusión en el ambiente docente regular. Ante esta situación se realizó una investigación bibliográfica. Para la concreción de este estudio, abordamos discusiones sobre educación centradas en las bases teóricas y prácticas que sustentan la inclusión educativa. La investigación fue de naturaleza cualitativa. Se analizaron documentos oficiales de educación regular y docentes especializados en educación especial. Los resultados revelaron la necesidad de promover la inclusión, con miras a las clases sociales más vulnerables. Se observa que promover la diversidad en el aula cambia la escuela que celebra las diferencias, brindando un espacio inclusivo que contribuye a la construcción de conocimientos. Concluimos que el abordaje activo de los temas transversales de hoy constituye un valioso aparato para discutir temas que permean la diversidad escolar.

Palabras clave: Educación Especial; Inclusión educativa; Enseñar aprendizaje.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa traz como campo de estudo as provocações atuais presentes na educação que envolvem a Inclusão e a diversidade no ensino regular na perspectiva a expressão plural do sujeito, apresentando suas situações, tais desafios, mais expressivos em formar professores com os saberes basilares para o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas, diante as modificações contemporâneas, com a inclusão escolar.

Franco; Gomes (2020) explanam que nessa perspectiva a educação inclusiva deve-se superar essas barreiras e garantir que as pessoas com deficiência tenham as mesmas conveniências de educação que as pessoas sem deficiência. A educação inclusiva promove a igualdade, a inclusão social e o desenvolvimento integral das pessoas com deficiência.

Nesse contexto, a problemática abordada nesta pesquisa refere-se às questões agrupadas à educação inclusiva e a acessibilidade que concebem diferentes tempos e espaços nos processos educativos incorporados a Inclusão e a diversidade no ensino regular.

Assim, esse estudo propõe-se a responder ao seguinte questionamento: Quais as correlações inclusivas aplicadas nos processos de ensino e aprendizagem no ensino regular?

Assim, a escolha deste tema deve-se ao fato compreender a importância da Educação Inclusiva, no ensino regular com o uso de metodologias realizadas no planejamento do docente do ensino fundamental dos anos iniciais e do ensino fundamental anos finais.

Nessa linha de pensamento, esse estudo justifica-se pela importância social da temática, por buscar probabilidade de um modelo de qualidade de vida, educativo e mais justo e igualitário. Pautada no desejo de que os resultados alcançados passam propor posteriores avaliações, podendo assim, esse estudo auxiliar porvindouras reflexões sobre a finalidade do meio em estudo para que assim, possa contribuir novos caminhos para a justiça e a igualdade social.

Diante disso, a pesquisa objetivou-se investigar os instrumentos teóricos e legais com escopo de assegurar a inclusão no âmbito regular de ensino.

A fim de melhor entendimento a temática desse estudo, utilizou-se como metodologia uma revisão de literatura de caráter qualitativo, utiliza-se da

Dissertação de Mestrado autor principal desse estudo, no qual, foi realizada uma em livros, dissertações, teses e artigos da internet e a estruturação conceitual, referencial teórico para a concretude desse artigo.

Almeja-se com os resultados da pesquisa investigar estratégias pedagógicas, averiguar os instrumentos teóricos e legais com escopo de assegurar a inclusão no âmbito regular de ensino, bem como, observar a prática pedagógica do docente na sala de aula, na formação de cidadãos com pensamento crítico para as atividades diárias.

Marco da educação inclusiva: um percurso transformador

Desde o século XIX, determinados países iniciaram a expansão de programas de educação especial, apresentados a atender às necessidades particulares de crianças e jovens com deficiência. Não obstante, esses programas foram segregados e tinham como objetivo organizar os alunos para o trabalho ou para a vida autônoma (Rogalski, 2010).

Com a continuação desses programas, já na segunda metade do século XX, o movimento pelos direitos das pessoas com deficiência iniciou por transformações na educação. Enquanto, em 1975, os Estados Unidos anunciaram a Lei de Educação para Pessoas com Deficiência (IDEA), que garantia o direito à educação pública a todas as crianças, independente de suas deficiências.

É essencial destacar que o desenvolvimento de programas de educação especial no século XIX pode ser entendido como uma resolução à preocupação com o bem-estar das pessoas com deficiência. Essa inquietação foi estimulada por fatores como o crescimento da vida urbana, que levou a evidenciar as pessoas com deficiência, e o desenvolvimento de novas teorias sobre a deficiência, que abriram caminho a desafiar o espectro tradicional de que as pessoas com deficiência eram impossibilitadas de aprender (Nunes, 2015).

Entretanto, com apoio nessa contradição, os programas de educação especial segregados do século XIX foram decisivos no reconhecimento do direito das pessoas com deficiência à educação. Apesar disso, esses programas conjecturaram uma visão tradicional da deficiência que marginalizou as pessoas com deficiência (Dos Santos, 2002).

Passos (2023) aborda a Declaração de Salamanca como um documento internacional que nasceu em 1994 durante a Conferência Mundial sobre

Necessidades Educacionais Especiais, realizada em Salamanca, na Espanha. Tendo como principal objetivo de a conferência promover a educação inclusiva em todo o mundo. Essa ressalta a relevância de garantir o acesso à educação para todas as crianças, independente de suas disposições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas.

Marco da Educação Inclusiva no Brasil

Na década de 1970, a educação das pessoas com deficiência no Brasil era segregada. Logo, as pessoas com deficiência tinham suas matrículas realizadas em escolas especiais, onde recebiam um currículo e uma metodologia de ensino distintas (Miranda, 2019).

A partir da década de 1970 surgiu no Brasil um movimento em defesa da educação inclusiva. Tal movimento foi estimulado por aspectos como o crescimento da percepção sobre os direitos das pessoas com deficiência, o desenvolvimento de novas teorias sobre a deficiência e a incorporação de marcos internacionais que protegiam a educação inclusiva.

Já em 1977, o Ministério da Educação (MEC) divulgou a Política Nacional de Educação Especial, que criou classes especiais e escolas especiais para acolher às necessidades das pessoas com deficiência. Entretanto, a política pôs as escolas regulares a receber alunos com deficiência, desde que as condições fossem correspondentes (de Sousa, 2020).

Em 1990 a educação inclusiva ganhou força no Brasil. Visto que, em 1994, o Brasil aprovou a Declaração de Salamanca, que reiterou o direito à educação para todos, independente de suas condições. Além disso, a declaração destacou a relevância da educação inclusiva como um meio de promover a igualdade e a inclusão social (da Silveira; da Silva; da Silva Mafra, 2019).

Nessa perspectiva, surgiu em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a qual robustece esse princípio, constituindo que as escolas devem promover a educação inclusiva. Essa lei estabelece que as escolas devem acomodar suas acomodações e materiais, e que devem ministrar o apoio necessário aos educandos com deficiência, para que eles possam ter acesso à educação de qualidade.

Deste modo, em 2008, foi divulgada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, através do Decreto nº 6.949/2009. Essa política concebeu um avanço expressivo nas diretrizes para a educação especial no Brasil, promovendo a inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional regular, reforçando o compromisso do Brasil com a promoção da inclusão e igualdade no campo da educação, dialogando a princípios internacionais, como os estabelecidos na Declaração de Salamanca (Bezerra, 2020).

Segundo Gadelha et al (2022) a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, versada como Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi constituída pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Esta lei constitui princípios e diretrizes para as políticas públicas pertinentes às pessoas com deficiência, visa garantir sua inclusão social e igualdade de ensejos. Ela representa um marco relevante no reconhecimento e na promoção dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil.

Educação inclusiva e seus avanços com as políticas públicas

Nos últimos anos, a educação inclusiva no Brasil tem evoluído, apesar disso, ainda há muitos desafios a serem suplantados. Um dos principais desafios é a transformação da mentalidade, para que as pessoas entendam que a educação inclusiva é um direito de todos, e não tão-somente, uma opção.

Soma-se, ao desafio a falta de recursos e apoio às escolas para praticar a educação inclusiva. As escolas necessitam de recursos humanos e financeiros para acomodar suas acomodações e materiais, e equipar o apoio necessário aos educandos com deficiência. O quadro a seguir assinala os principais desafios para a Educação Inclusiva no Brasil.

Quadro - 1 Principais desafios da educação inclusiva no Brasil.

Ausência de mudança da mente	Ainda há quem acredite que as pessoas com deficiência não são capazes de aprender e de participar da sociedade da mesma forma que as pessoas sem deficiência.
Carência de recursos e apoio às escolas	As escolas precisam de recursos humanos e financeiros para amoldar suas instalações e materiais, e para fornecer o apoio necessário aos estudantes com deficiência

Privação de formação de professores	Os professores precisam ser capacitados para trabalhar com estudante com deficiência.
Escassez de acessibilidade	As escolas precisam ser acessíveis para estudantes com deficiência.

Fonte: Elaborado pelos autores do trabalho (2023).

A despeito dos desafios, a educação inclusiva é uma intenção global que vem recebendo força no Brasil. A educação inclusiva é um direito do educando para requerer a igualdade e a inclusão social. Ademais, a população brasileira tem afrontando a essa anulação de protótipo.

De tal modo, o quadro a seguir aborda as principais benfeitorias que a educação inclusiva proporciona ao educando:

Quadro - 2 - Principais benefícios da educação inclusiva.

Desenvolvimento das habilidades cognitivas e acadêmicas.	A educação inclusiva ajuda as pessoas com deficiência a desenvolver suas habilidades cognitivas e acadêmicas, permitindo que elas alcancem seu potencial máximo.
Desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais.	A educação inclusiva ajuda as pessoas com deficiência a desenvolver suas habilidades sociais e emocionais, permitindo que elas se relacionem com outras pessoas e participem da sociedade.
Promoção da igualdade e da inclusão social:	A educação inclusiva promove a igualdade e a inclusão social, garantindo que as pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades de sucesso que as pessoas sem deficiência.

Fonte: Elaborado pelos autores do trabalho (2023).

Nessa perspectiva, verifica-se que psicologicamente, a exclusão das pessoas com deficiência da educação formal pode ter uma força negativa em sua autoestima, autoimagem e desenvolvimento social. A percepção de exclusão pode levar a sentimentos de afastamento, tristeza e desmotivação. Poia, a falta de conveniências de interação com outras crianças e adultos pode lesar o desenvolvimento social das pessoas com deficiência. Elas podem ter dificuldade de prosperar habilidades de comunicação, cooperar e resolução de problemas.

Assim, é basilar destacar que as políticas públicas educacionais podem sensibilizar a inclusão de educandos com deficiência no ensino regular por meio de distintas táticas, tais como: estabelecimento de diretrizes legais: a legislação pode determinar normas e diretrizes para a inclusão de educandos com deficiência na escola regular, assegurando seus direitos e promovendo a igualdade de ensejos; investimento na formação docente: as políticas públicas podem orientar recursos para a capacitação de docentes, preparando-os para atender às necessidades específicas e lidar com a diversidade dos educandos com deficiência; alocação de recursos financeiros.

Logo, as políticas públicas podem propor registros para a acomodação das escolas e a obtenção de materiais e equipamentos indispensáveis para atender às questões dos educandos com deficiência; promoção da acessibilidade: física e tecnológica das escolas, viabiliza a participação e assiduidade dos educandos com deficiência nas atividades escolares; estímulo a parcerias; fomentar parcerias entre escolas, famílias, entidades da sociedade civil e profissionais da saúde, visa garantir a inclusão e o desenvolvimento pleno dos educandos com deficiência; implementação de construções de avaliação: podendo instituir sistemas de acompanhamento para garantir a eficácia das ações regressadas para a inclusão de educandos com deficiência no ambiente escolar regular (Crochick; Costa, 2020).

Um olhar crítico sobre a educação especial e inclusiva

A Educação Inclusiva contemporiza da Educação Especial tradicional em diversos aspectos. Ao passo que a Educação Especial tradicional aceita um exemplo de atendimento segregado, no qual os educandos com necessidades educacionais especiais são orientados a seguir para escolas ou classes especiais, em contrapartida a Educação Inclusiva busca agregar esses educandos em escolas regulares, com o encosto indispensável para que participem o processo educacional.

Assim, a Educação Inclusiva se baseia na valorização da diversidade e no respeito aos debates, reconhecendo as potencialidades e desafios únicos de todos os alunos, e defende que a escola deve estar preparada para atender a essa diversidade. Por outro lado, a Educação Especial tradicional frequentemente se baseia em uma perspectiva de deficiência, na qual os alunos são estimados

deficientes e necessitam ser ordenados ou "reabilitados" para se adaptarem à sociedade (Neves; Rahme; Ferreira, 2019).

Além desses pontos, a mesma pesquisa, ressalta que a Educação Inclusiva busca promover a participação ativa dos educandos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades escolares, na medida que a Educação Especial tradicional, às vezes, reduz a oferecer atendimentos específicos em horários afastados do restante da escola. Em síntese, a Educação Inclusiva se distingue da Educação Especial tradicional ao buscar a plena inclusão dos educandos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares, valorizar a diversidade e promover a participação ativa desses educandos em todas as atividades escolares.

Esta investigação buscou estudar, o cenário educacional contemporâneo, a busca por uma educação inclusiva tem se tornado uma pauta central. Nesse contexto, a atuação de investigadores e educadores que se dedicam a entender e potencializar as práticas inclusivas de alfabetização é de suma importância, cujos escritos e contribuições têm sido fundamentais para a promoção da alfabetização de crianças com deficiências e para o fortalecimento de práticas inclusivas de educação no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação buscou pesquisar, o cenário educacional contemporâneo, na busca por uma educação inclusiva, e que tem tornado uma pauta central. Nesse contexto, a atuação de investigadores e educadores que se dedicam a apreender e potencializar as práticas pedagógicas inclusivas é relevante, de apoios têm sido basilares para a promover crianças com deficiências para o fortalecimento de práticas inclusivas de educação no Brasil.

A Educação Especial Inclusiva tem o compromisso em criar ambientes de aprendizado mais acessíveis e eficazes para crianças com deficiências, destacando uma abordagem multidisciplinar, que envolve tanto a teoria quanto a prática, e por sua compreensão da alfabetização como uma ferramenta poderosa para a inclusão social e a autonomia das crianças com deficiências

O ponto central da Educação Especial Inclusiva é a justificação pelo acolhimento de uma perspectiva centralizada no educando em ambientes escolares

inclusivo. Do mesmo modo, ressaltando a relevância de reconhecer as habilidades individuais das crianças com deficiências. Demonstrando que a diversidade de necessidades e potencialidade das crianças com deficiências promove abalroamentos pedagógicas individualizadas e brandos, que levam em conta o compasso de aprendizado de cada criança.

Logo, espera-se que este estudo colabore com a Educação Especial Inclusiva, ocasionando novas dimensões para essa categoria de pessoas. É preciso compreender o papel da educação na formação do sujeito nos tempos atuais, e o papel do professor, enquanto intelectual responsável por conquistar essa educação inclusiva na escola.

REFERÊNCIA

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>>. Acesso em: 4 fev. 2024.

BRASIL, Senado. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 2005.

CROCHICK, J. L.; COSTA, V. A. da; FARIA, D. F. CONTRADIÇÕES E LIMITES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/347881900_CONTRADICOES_E_LIMITES_DAS_POLITICAS_PUBLICAS_DE_EDUCACAO_INCLUSIVA_NO_BRASIL. Acesso em: 16 jan. 2025.

DA SILVEIRA, Aline Machado; DA SILVA, Henrique Borges; DA SILVA MAFRA, João. Educação inclusiva no Brasil. Cadernos da FUCAMP, v. 18, n. 33, 2019.

DE SOUSA, Lazaro Mourão. Educação Especial no Brasil: o que a história nos conta sobre a educação da pessoa com deficiência. 2020.

DOS SANTOS, Jaciete Barbosa. A “dialética da exclusão/inclusão” na história da educação de ‘alunos com deficiência’. Educação e Contemporaneidade, v. 27, 2002.

FRANCO, Renata Maria da Silva; GOMES, Claudia. Educação Inclusiva para além da educação especial: uma revisão parcial das produções nacionais. Revista Psicopedagogia, v. 37, n. 113, p. 194-207, 2020.

GADELHA, Hugo Sarmiento et al. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência: modificações no código civil e conquistas sociais. Research, Society and Development, v. 11, n. 2, 2022. Disponível em: [https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/25444/22641/301691#:~:text=No%20Brasil%20a%20Lei%2013.146%2F2015%2C%20a%20\(LBI\),de%20entidades%20e%20organismos%20governamentais](https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/25444/22641/301691#:~:text=No%20Brasil%20a%20Lei%2013.146%2F2015%2C%20a%20(LBI),de%20entidades%20e%20organismos%20governamentais). Acesso em: 28 out.2024.

MIRANDA, Fabiana Darc. Aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil. Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva, v. 2, n. 3, p. 11-23, 2019.

NEVES, Libéria Rodrigues; RAHME, Mônica Maria Farid; FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá. Política de Educação Especial e os desafios de uma perspectiva inclusiva. Educação & Realidade, v. 44, 2019.

NUNES, Sylvia da Silveira; SAIA, Ana Lucia; TAVARES, Rosana Elizete. Educação inclusiva: entre a história, os preconceitos, a escola e a família. Psicologia: ciência e profissão, v. 35, p. 1106-1119, 2015.

PASSOS, Tatianny Lopes de Assunção et al. AS FINALIDADES EDUCATIVAS ESCOLARES IMPLÍCITAS NA DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E SUA

MATERIALIZAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL. 2023.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. Revista de Educação do IDEAU, v. 5, n. 12, p. 1-13, 2010.